

Carnaval

Bloco dos Carteiros

Em fevereiro tivemos mais uma edição do Bloco dos Carteiros. A festa foi na Sede Campestre do Sintect/JFA, no dia 16, saindo ainda para as ruas do centro de Juiz de Fora, em concentração realizada no dia 19.

Alegria e descontração marcam o bloco que surgiu em 2011, reunindo trabalhadores ecetistas, amigos e familiares. Confira alguns momentos!



Memória

15 anos sem Irmã Dorothy

Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira. Pertencia à Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur. Irmã Dorothy estava presente na Amazônia desde a década de 70, junto aos trabalhadores rurais da Região do Xingu. Sua atividade missionária buscava a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da rodovia Transamazônica.

Irmã Dorothy recebeu diversas ameaças de morte, sem deixar intimidar-se. Foi assassinada, com seis tiros, aos 73 anos de idade, em 12 de fevereiro de 2005, a 53 km da sede do município de Anapu, no Pará. Irmã Dorothy presente!




Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Revisão de FGTS dos trabalhadores dos Correios

O Sindicato desde 2019, antes do ato da prescrição, ajuizou com ação, perante a Justiça Federal, cobrança da revisão na taxa de correção monetária dos depósitos do FGTS de cada um dos trabalhadores dos Correios. A ação judicial atenderá a todos os trabalhadores, pois o Sindicato atua na qualidade de substituto processual de cada um dos trabalhadores, e assim, em caso de vitória, todos os lotados na base territorial do Sindicato terão direito à correção nos seus depósitos do FGTS.

Ocorre que, taxa aplicável à remuneração básica dos depósitos de poupança desde 1991 é a Taxa Referencial - TR, que, conforme já decidido STF, não é índice de correção monetária (ao passo que não reflete a inflação do período), mas sim juros remuneratórios. Dessa forma, desde 1991, a Caixa Econômica Federal deixou de aplicar índice de correção monetária às contas de FGTS, aplicando apenas os juros remuneratórios consistentes na taxa referencial, acrescidos dos juros legais previstos na legislação do FGTS.

De outro lado, tendo em vista que a TR não reflete a inflação, e que desde 1999 se encontra progressivamente abaixo dos índices inflacionários, com diferença de até 6% ao ano, a utilização dos índices da TR, como índice de correção monetária, vem causando sérios prejuízos ao trabalhador desde 1999, porquanto, está gerando uma defasagem nos saldos das contas do FGTS, eis que não possui o condão de manter o poder aquisitivo da moeda.

Portanto, o Sindicato ajuizou duas ações perante a Justiça Federal de Juiz de Fora cobrando a revisão nos depósitos do FGTS de todos os trabalhadores de sua base territorial:

- Revisão na forma da correção monetária do FGTS da TR para outro índice;
- Revisão dos expurgos inflacionários dos planos econômicos Collor I e II.

Caros ecetistas, chamo a atenção à cláusula 76, na qual há indenização, no caso de invalidez permanente, na importância de R\$137.755,81, em consequência de acidente de trabalho, assalto e/ou roubo, nas Unidades de Atendimento e/ou Operacional ou no percurso. Todo trabalhador que sofreu, a partir de 2014, acidente do trabalho enquanto no desempenho das funções e atividades, e após isso, aposentado por invalidez, devido a incapacidade definitiva e permanente, faz jus ao recebimento da respectiva indenização da cláusula 76º do ACT.

Outra hipótese que temos de levantar: TODO ECETISTA QUE RECEBEU, A PARTIR DE 2014, AUXÍLIO DOENÇA POR ACIDENTE DO TRABALHO PODE TER DIREITO À REVISÃO DO VALOR QUE LHE FOI PAGO, eis que a empresa dos Correios deveria complementar o valor pago pelo INSS e POSTALIS à remuneração da ativa. Portanto, convocamos todos que estiverem nessas situações a procurar o Jurídico do Sindicato para que providências sejam tomadas e resguardados os direitos de cada trabalhador.

MALA DIRETA
POSTAL
BÁSICA
21.181.375/0001-75/DR/MG
SINTECT/JFA
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELAECT

Filiado a
CUT
FENTECT

Notícias

Sindicais

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e região N°131 - Fevereiro/Março de 2020 - sintectjfa.org.br

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (Marx e Engels)

É de conhecimento público, e é notório, que a categoria dos Correios tem conquistas e direitos não previstos na CLT e que foram adquiridos, ou mantidos, na luta da categoria, com greves, paralisações, atos e movimentos. Os trabalhadores e as trabalhadoras sempre estiveram em movimentos de resistência e de enfrentamentos aos projetos de governos que retraiam conquistas e direitos da categoria.

Assim, no início da década de 30, conquistamos, enquanto classe trabalhadora, o "contrato de trabalho" que passa a nos garantir folgas, jornadas de trabalho humanizadas, férias, horas extras, com valores diferenciados, entre outros.

Nos Correios, a partir de 1988, avançamos com o ACT 88, garantindo a manutenção do adicional às nossas férias de 60%, manutenção do vale alimentação, e conquistamos a promoção por merecimento e por antiguidade. Mantivemos o plano de saúde e o reembolso creche.

Em 92, conquistamos mais: anuênios no valor de 1%, valorizamos a hora extra em 60% sobre o valor normal e ampliamos o adicional de férias, que passou a 70%. Conquistamos a ajuda de custo na transferência por necessidade do serviço, conquistamos a cesta básica, o auxílio escolar para filhos excepcionais, licença adoção e valorizamos o adicional noturno em 45% sobre o valor da hora normal.

As conquistas continuaram a acontecer como resultados das mobilizações e greves praticadas, em 94. O adicional noturno passa a ser pago com

acréscimo de 45% para 60%, conquistamos para os ATENDENTES o quebra de caixa, as horas extras passam a valer 70% mais sobre o valor da hora normal, os trabalhos em dias de repouso passam a valer o dobro do valor do dia normal. Em 97, ampliamos em horas o adicional noturno. A lei prevê a partir das 22 horas até as 5 horas. Em nosso acordo, passou para as 20 horas até as 5 horas.

As conquistas não param por aqui. Em 2001, ampliamos o direito de acompanhamento médico/escolar de nossos filhos/filhas para quatro dias, durante a vigência do ACT. Várias garantias às mulheres ecetistas foram acordadas.

As mobilizações, os atos, as greves, as cartas abertas à população continuaram sendo uma ferramenta para avançarmos em direitos e conquistas. Em 2007 e 2008, após greves que somaram aproximadamente 30 dias, quando os ecetistas, principalmente carteiros, tiveram que pagar os dias parados com descontos e/ou com compensação, conquistamos o Adicional de Risco no valor de 30%, uma reivindicação de quase uma década. E com essa conquista, vários outros adicionais foram criados e/ou revisados.

As conquistas continuaram acontecendo e AADC, AAG e AAT foram as mais recentes. Companheiros e companheiras, todas as conquistas aqui expostas foram obtidas através de greves, de enfrentamentos e de uma série de procedimentos para alcançarmos as reivindicações que pleiteávamos.

A rede social é muito boa e tem grande abrangência, porém, o cruzar de braços, a greve, as paralisações, as mobilizações nas ruas são mais eloquentes; temos histórias. DIA 18 DE MARÇO DE 2020 É DIA DE PARALISAÇÃO, É DIA DE GREVE. VEM PRA LUTA!

Reginaldo de Freitas, diretor do Sintect/JFA



Greves foram realizadas em 2007 e 2008, para a garantia do Adicional de 30%



Duas ações do jurídico beneficiam trabalhadores



Paulo César, ao centro, entre os diretores Reginaldo e França



Da esquerda para a direita, João Ricardo, Cicero, Conceição e França

O SINTECT/JFA conseguiu mais duas vitórias junto à justiça. Uma delas reconheceu a moléstia do trabalhador Paulo César de Oliveira como doença ocupacional, ou seja, ele adquiriu a doença devido às funções que desempenha na empresa e, com isso, lhe foi concedido uma indenização por danos morais e materiais por acidente do trabalho. E na outra, a justiça fez cumprir o Acordo Coletivo e o trabalhador Cicero Reginaldo Gaspar recebeu a diferença dos valores do abono pecuniário de férias, que a empresa vem sistematicamente descumprindo, não pagando o 70% sobre o valor devido. É o SINTECT/JFA, junto com sua assessoria jurídica, buscando sempre, nas instâncias devidas, o cumprimento do ACT e das distorções do contrato de trabalho, para que o trabalhador(a) não seja lesado naquilo que lhe é tão caro.

Siga o Sintect/JFA nas redes sociais



facebook.com/sintectjuizdefora



Sindicato dos Trabalhadores nos Correios Sintect/JFA

Editorial

Só com o poder da luta venceremos as atrocidades que nos são impostas

Companheiras e companheiros,

“A movimentação marcada para dia 18/03/2020 nada mais é do que o reflexo de tudo o que vem ocorrendo neste governo que, a priori, disse que viria para colocar ordem na bagunça que foi supostamente deixada pelos governos do PT. Só que está sendo ao contrário do início do governo Lula, que para sair do atraso e do rombo que governos passados deixaram, em momento algum, sacrificou a população brasileira, muito menos destruiu ou cassou as conquistas históricas que foram alcançadas com muita luta e determinação da classe trabalhadora.

Companheiras e companheiros, passou da hora daqueles que não acreditam que só com o poder da luta é que vamos triunfar diante de todas essas atrocidades que estão nos impondo, desde o Golpe de 2016. Não temos que nos deixar ser chantagados por quem quer que seja. Estamos sendo trucidados de forma covarde e aniquiladora. O que adianta empregos, e não termos poder de compra, não termos as mínimas condições de exercer nosso trabalho dignamente e oferecer um serviço de qualidade para a população. Ter um plano de saúde e não ter o retorno satisfatório na hora em que precisamos. Trabalhar por longos anos, sem a certeza de aposentar. Muitas coisas estão acontecendo, e a classe trabalhista acuada e com medo. Medo de quê? Se já nos roubaram grande parte das nossas conquistas e vão conseguir roubar o que ainda nos resta, se nada

for feito. Mesmo com o impacto negativo das duas reformas, que infelizmente quebraram as pernas do movimento sindical, torna-se necessária a retomada, esse é o nosso grande desafio. Sei que vamos continuar enfrentando de companheiros e companheiras as mesmas desculpas de sempre para não entrar na guerra. Mas a necessidade e o momento são mais fortes. A privatização da Empresa está batendo na porta. O nosso plano de saúde está totalmente desestruturado, caro, sem aceitação no mercado. A empresa fica com o nosso dinheiro, que é cobrado das mensalidades, e não repassa como deveria para a Operadora, e muito menos repassa o que ela tem que repassar para dar sustentabilidade e evitar os constrangimentos que sofremos ao procurar o que nos resta da rede conveniada. O Postalis mais uma vez, está na iminência de abrir mais um modelo de plano para sepultar de vez o Benefício Saldado, deixando milhares de participantes jogados ao léu.

Portanto, cabe a todos(as) fazer uma reflexão mais radical e abrangente diante desse quadro massacrante em que vivemos, deixando de lado picuinhas e zona de conforto, partindo para a greve no dia 18/03. É a nossa sobrevivência, enquanto trabalhadores e seres humanos, que está em jogo. Não vamos admitir a continuidade dessa bandalheira que estão fazendo com gente. O governo e a direção da empresa estão defecando

em cima de nossas cabeças e não estamos reagindo. Chegou a hora de dar um basta, não vamos nos acovardar. Já que “eles” estão vindo com tudo para cima da gente, vamos ir com tudo para cima deles também. Não tenham medo!
“TRABALHADOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!”
“TRABALHADOR NA RUA, A LUTA CONTINUA!”

ADIRETORIA



SINDICALIZE-SE

Nas redes



Twitter: @blogdokayser

Saúde e você!

Precisamos de todos na defesa do plano de saúde

por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA

Companheiros da base do Sintect/JFA, estamos vivenciando tempos escuros em todas as categorias de trabalhadores do país. A realidade de nossa categoria é a direção da ECT e o governo atacando os trabalhadores no plano de saúde, ativos e aposentados, com uma liminar do STF, impondo um aumento abusivo que ainda não foi julgado pelo pleno do STF. É claro para todos, só o governo que não vê, que somos a estatal com o pior salário. Não dá para pagar na mensalidade do plano de saúde um percentual de 50% e 50%, porque, na verdade, são 100%. O percentual dobrou.

Muitos trabalhadores que saíram do plano não retornarão jamais. A empresa em sua direção aplicou na íntegra a resolução 23 da CGPAR, arrebatando com a saúde dos trabalhadores e seus familiares. Todos viram quando houve a retirada dos pais, só ficando o tratamento continuado, excetuando fonoaudiologia e fisioterapia, decisão jurídica que, ao entender do

Sindicato, interfere na questão médica.

Nós, do Sintect/JFA, estamos lutando e conclamando a todos para virem defender seus direitos. Só a direção da empresa não adianta. Precisamos de todos os ecetistas para defender o maior benefício, que é o plano de saúde. Vejam bem, privatização, reforma trabalhista, lei de terceirização e MP 905 mostram que estamos em um verdadeiro holocausto trabalhista. Agora começam também as reformas nas NRs, porém, a comissão é tripartite, mas depois será analisada através da secretaria especial, ou seja, mesmo na comissão com sociedade, patrão e trabalhador, a decisão final é do governo.

Não podemos ficar parados, aguardando tudo acontecer. Sobre o Postalis, já se fala em novo plano com um TAC (termo de ajuste de conduta), assinado entre Correios, Postalis e Previc. Diante dos fatos, temos que fazer uma grande assembleia dia 17/03, com indicativo de greve para o dia 18/03. Até lá, pelos nossos direitos.

8 de março: intensificando a luta

Comemorou-se, no dia 08/03, o Dia Internacional da Mulher, que foi oficializado em 1975 pela ONU. Não é uma data comemorativa, mas sim um dia de intensificação das discussões e de reforço da luta. Esse dia é resultado das lutas das mulheres operárias e dos movimentos políticos por elas organizados. Parece que o mundo, em especial o Brasil, está sofrendo um retrocesso no direito à igualdade de condições. Se fizermos uma breve reflexão, veremos que a atual situação começou a se desenhar e a dar sinais de perigo bem antes. Quando muitas de nós, mulheres, nos calamos, ou achamos normal uma mulher que ocupava o cargo máximo da nação ser agredida em um Maracanã, lotado, com palavras de baixo calão; quando adesivos dessa mesma mulher, de pernas abertas, foram usados em tanques de gasolina, para que na hora do abastecimento simulasse um estupro. A presidenta foi xingada, e lhe atribuíram termos machistas, misóginos. Quando uma revista e jornais estamparam em sua capa como uma mulher louca, desequilibrada e pegando fogo, deveríamos saber que isso não se dirige a uma mulher, mas a todas nós. Mas, infelizmente, uma parcela destas mulheres, talvez a que mais tem poder de influenciar comportamentos, só percebe que machismo não é mimimi quando suas colegas sentem na pele.

“É preciso reforçar a luta, seja você feminista ou não”

Muitas de nós, principalmente uma grande parcela da imprensa, fizeram pouco ou acharam normal tudo que vem acontecendo nos últimos seis anos, sem perceber que isso atinge todas nós. Um deputado, dentro do congresso, fez homenagens a um torturador e estuprador de mulheres e crianças, e muitas de nós bateram palmas e apoiaram. Todo esse cenário levou a um aumento do feminicídio (“machos” se sentiram representados) e toda forma de violência de gênero, pelo simples fato de sermos mulher. Não temos nada a comemorar. Este é um momento de reflexão. Machismo, misoginia, feminicídio não são mimimi. É preciso reforçar a luta, seja você feminista ou não. Não queremos ou precisamos de homenagens pontuais. Ainda sofremos com a desigualdade social. A presença da mulher no mercado de trabalho é de 48% da população mundial, contra 75% dos homens; metade das mulheres que engravidam perde seus empregos ao voltar da licença maternidade; ainda no Brasil, mulheres recebem 20% menos que os homens para desempenhar funções iguais. Ainda, a toda essa violência, soma-se o abandono, o assédio. O dia 8 de março deve ser usado para que todas saibam que o silêncio e a omissão, diante de ideias ou atitudes que promovam ou reforcem atitudes de desigualdade, devam ser combatidos diuturnamente. Sem descanso ou condescendência.

Nada mais atual que: “NUNCA SE ESQUEÇA, QUE BASTA UMA CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA OU RELIGIOSA PARA QUE OS DIREITOS DAS MULHERES SEJAM QUESTIONADOS. ESSES DIREITOS NÃO SÃO PERMANENTES. VOCÊ TERÁ QUE MANTER-SE VIGILANTE DURANTE TODA SUA VIDA” (Simone de Bouvoir)

Conceição Alves - Diretora do Sintect/JFA

Categoria ecetista vem sendo massacrada

O que vem acontecendo conosco, ecetistas, é triste e lamentável. Os ataques do atual presidente e seu ministro Paulo Guedes à nossa empresa e as constantes ameaças de privatização tiram o sono e mudam os sonhos de todos nós. Para acelerar esse processo de privatização, e com requintes de crueldade, a direção da empresa decidiu colocar em prática a resolução 23, editada pelo então presidente Temer, com o aval e decisão do ministro do STF, Toffoli, aumentou a mensalidade do nosso plano de saúde de 30% para 50%.

O impacto no nosso salário foi terrível, pois os valores ficaram impraticáveis, causando a saída de quase 30 mil trabalhadores do plano, deixando-os, mais seus familiares, descobertos. O impacto nos aposentados também virá, e muitos não ficarão no plano. Além de um valor irreal para nós, ecetistas, o plano ainda tem um agravante. Hoje, a Postal Saúde é horrível; apenas um hospital atende Juiz de Fora, algumas especialidades têm déficit enorme de credenciados como, por exemplo, psiquiatria, que apenas um só profissional atende, e somente pacientes antigos.

Em cidades de médio porte, a situação continua péssima, pois não temos hospitais nem profissionais, como é o caso de Ubá, Muriaé, Leopoldina, Cataguases, Barbacena, São João Del Rey e outras. Em cidades pequenas, como Goiânia, Guarani e etc, a situação é de total abandono, pois nem fisioterapia ou dentista se consegue, tendo esses trabalhadores que se deslocar até outra cidade, buscando o SUS ou

pagando do seu próprio bolso. Como se pode imaginar um aumento de quase 100% em um plano que a cada dia fica pior? Hoje, pagamos caro e não somos atendidos. Tudo isso é uma estratégia, “com o Supremo, com tudo”, para viabilizar e acelerar a privatização que não trará benefício nenhum à população, e que causará a demissão de milhares de trabalhadores dos Correios. Uma privatização que só interessa ao capital, que é para quem o atual governo trabalha e está totalmente submisso. Não podemos ficar parados, pois os próximos ataques serão o vale peru e os 70% de férias.

Não podemos ainda aceitar pessoas que defendem esse governo dentro da nossa empresa. Um governo, que está tirando nossas conquistas e quer tirar nossos empregos, o sustento de nossas famílias, não merece ser defendido por nenhum ecetista. Já não podemos mais confiar nossas vidas nas mãos da justiça. Estaremos fadados ao fracasso, caso não reajamos junto com as demais categorias. A classe trabalhadora tem que se unir, e nós temos que ir para a luta.



Fique atento aos seus direitos em demissão por justa causa

As demissões por justa causa aumentaram em 130%, no período de um ano. Vários empregados foram demitidos por justa causa na empresa em 2019 e, segundo as ocorrências, o que motivou essas demissões foi: diferença de caixa, falta injustificada, descumprimento de atribuições, apropriação de bens e fraudes em atestado médico. O que chama a atenção no aumento absurdo de demissões é a forma arbitrária como são iniciados os processos administrativos que culminam em uma demissão. Esses processos, em sua maioria, são instalados muito tempo após o suposto acontecimento; os apurados muitas vezes não possuem capacidade suficiente para que a apuração ocorra de forma justa clara e imparcial. Em sua maioria, é negado ao trabalhador o direito à ampla defesa, partindo do princípio que mesmo antes apuração dos fatos o empregado é culpado, sendo tratado como tal. Trabalhadores são inquiridos por coordenadores e inspetores, sem o devido acompanhamento, e na sua grande maioria são induzidos a responder de forma que acabam lhe imputando uma culpa que não é sua. O Sindicato orienta a todo trabalhador(a) que, ao ser solicitadas informações, sejam por escrito ou por “interrogatórios”, nunca o faça sem a presença de

um representante sindical. Assim, teremos certeza de que a apuração se deu de forma justa, sem pressão ou suggestionamento, e que nenhuma das partes foi prejudicada.



É sabido que existe dentro da empresa um grande esforço para reduzir seus quadros, e muitos farão isso sem escrúpulo algum, com o único intuito de alcançar metas, não importando que uma demissão seja uma violação social. É importante salientar que todo trabalhador(a) esteja atento que não deve assinar, responder ou se submeter a “interrogatórios” sem a presença de um representante sindical. É um direito de todo trabalhador, assegurado na cláusula 69 do Acordo Coletivo de Trabalho. Uma resposta dada sob pressão e sem o devido acompanhamento legal, uma vez dada, não poderá ser alterada, o que pode inviabilizar a defesa ou uma possível reversão de uma demissão. Fiquem alertas.



ACESSE SINTECTJFA.ORG.BR

números de processos

ticket

vale cultura

informativos

contracheque

e muito mais

NÃO PERCA TEMPO!